

# Detalhe de Oferta de Emprego

**Código da Oferta:** OE201607/0341

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal para Cargos de Direção

**Estado:** Activa

**Nível Orgânico:** Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

**Organismo:** Casa Pia de Lisboa, I.P.

**Regime:** Cargos não inseridos em carreiras

**Cargo:** Direcção Intermédia de 3º grau

**Área de Actuação:**

Compete à Direcção técnica de CED de Santa Catarina, da Casa Pia de Lisboa, IP a gestão das competências delegadas de acordo com o n.º 5 do Artigo n.º 2 dos Estatutos da Casa Pia de Lisboa, IP aprovados pela portaria n.º 24/2013, de 24 de janeiro, designadamente no âmbito da garantia da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo ou em risco de exclusão, de forma a assegurar o desenvolvimento integral, através do acolhimento, educação, formação e inserção social e profissional, bem como preparação da sua autonomização.

**Remuneração:** 1493,62

**Suplemento Mensal:** 190.62 EUR

**Conteúdo Funcional:** As competências previstas para os Diretores Técnicos, conforme disposto no n.º 5 do artigo 2.º dos Estatutos da Casa Pia de Lisboa, IP aprovados pela Portaria n.º 24/2013, de 24 de janeiro.

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação:** Licenciatura

Podem candidatar-se ao presente procedimento de seleção os trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam até final do prazo de apresentação de candidaturas os requisitos previstos n.º 7 do artigo. 2.º da Portaria n.º 24/2013, de 24 de janeiro.

Perfil pretendido: Para além dos requisitos de provimento referidos no ponto anterior, todos os elementos abaixo indicados são fatores de ponderação e diferenciação:

Os candidatos devem ter:

- a) Competência e aptidão técnica comprovada para análise, planeamento e organização;
- b) Capacidade de liderança, motivação e mobilização de equipas e projetos de trabalho;
- c) Visão estratégica orientada para os resultados de qualidade;
- d) Autoconfiança, boa capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal;
- e) Autonomia sentido crítico e responsabilidade;
- f) Boas aptidões e capacidades de representação institucional.

Devem ainda ter:

- a) Conhecimentos dos conteúdos inerentes ao enquadramento legal de regulação das responsabilidades parentais, do sistema de proteção e do sistema de justiça juvenil;
- b) Formação profissional comprovada na área funcional do cargo a prover;
- c) Experiência profissional comprovada na área funcional do cargo a prover, especificamente no exercício de funções de direcção e/ou coordenação, em especial na área das crianças e jovens em perigo.

Avaliação curricular e entrevista pública.  
Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, a proposta de designação do candidato que vier a ser escolhido resultará da classificação final (CF) mais elevada dos concorrentes.  
A seleção dos candidatos será efetuada através da utilização dos métodos de seleção supra referidos, tendo a avaliação curricular um carácter eliminatório, complementada com entrevista pública. Apenas os candidatos aprovados, com classificação não inferior a 9,5 valores na avaliação curricular serão contactados para a realização da referida entrevista pública.  
A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos dois métodos de seleção aplicáveis, de acordo com a seguinte fórmula:

**Métodos de Selecção a Utilizar:**

$$CF = (2AC + 3EPS) / 5$$

Em que:

CF = Valor atribuído à classificação final

AC = Valor atribuído na avaliação curricular;

EPS = Valor atribuído na entrevista pública de seleção.

8.4 Cada um dos métodos tem carácter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores nalgum dos métodos de seleção.

8.5 No âmbito da avaliação curricular são fatores de avaliação a habilitação académica, a experiência profissional dos candidatos, e sua formação profissional. Na entrevista serão apreciados os seguintes fatores: sentido crítico e inovação; motivação; expressão e fluência verbais; e qualidade da experiência profissional.

**Composição do Júri:**

Presidente: Dr.ª Maria Leonor Gonçalves Fechas, Diretora Executiva do Centro de Educação e Desenvolvimento Santa Catarina (CED SCT) da CPL, IP;

Vogais efetivos: Dra. Sandra Isabel Silva Veiga, Diretora da Unidade de Ação Social e Acolhimento (UASA) da CPL, IP;

Dr.ª Tânia Daniela Gomes Fernandes, Diretora da Unidade de Planeamento e Controlo de Gestão, do Instituto da Segurança Social, IP.

Vogais suplentes: Dr.ª Luísa Rosa Pereira Marques Barbeiro, Diretora Executiva do

Centro de Educação e Desenvolvimento Santa Clara (CED SCL) da CPL, IP;

Engenheiro Jorge Alexandre Oliveira Duque, Diretor Executivo do Centro de Educação e Desenvolvimento Francisco Margiochi, (CED FM) da CPL, IP.

**Locais de Trabalho**

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
CED de Santa Catarina	3	Largo S.João Nepomuceno, nº7		1200414 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho:** 3

**Requisitos Legais de Provimento:** A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

E - Os constantes do n.º 2 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

**Requisitos de Nacionalidade:** Não

**Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social:** Aviso n.º 9131/2016, de 21 de Julho, publicado na 2ª Série do DR, e anúncio publicado no

Correio da

**Apresentação de Candidaturas**

**Local:** Secretaria dos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa IP, Av. do Restelo, n.º 1, 1449-008 Lisboa.

**Formalização da Candidatura:** As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido à Presidente do Conselho Diretivo da Casa Pia de Lisboa, dentro do prazo de 10 dias úteis a contar da publicitação do presente procedimento concursal na BEP, podendo ser entregues, pessoalmente, das 10h00 às 12h00 horas e das 14h00 às 17h00 horas, na Secretaria dos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa, IP, na Av. do Restelo, n.º 1, 1449-008 Lisboa, ou remetidas por correio registado com aviso de receção, para a mesma morada, até ao termo do prazo referido.

Do requerimento deverão constar os seguintes elementos: identificação completa (que inclua um contacto telefónico e endereço eletrónico); habilitações literárias e profissionais; menção expressa da carreira, categoria e serviço de origem; natureza da sua relação jurídica de emprego público, e tempo efetivo na categoria, carreira e função pública; menção expressa do cargo a que se candidata; com indicação do n.º da oferta da BEP, e declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento.

O requerimento de admissão ao procedimento deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) Curriculum Vitae atualizado, detalhado, datado e assinado, onde conste as funções que tem exercido e respetivos períodos de exercício, bem como a formação profissional detida;

b) Fotocópia simples do certificado de habilitações;

c) Fotocópias do bilhete de identidade/cartão do cidadão e do cartão de contribuinte;

d) Fotocópias dos certificados comprovativos das ações de formação diretamente relacionadas com a área funcional do cargo a prover, e mencionadas no currículo;

e) Declaração atualizada, emitida pelo organismo com o qual o candidato mantém uma relação jurídica de emprego público, onde conste a carreira, categoria e o serviço a que pertence, a modalidade de relação jurídica de emprego público, e o tempo de serviço na carreira e na função pública.

f) Outros documentos considerados pertinentes para a avaliação do perfil para o exercício do cargo a prover.

Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos, no caso de dúvida sobre situações que descrevam, a apresentação de documentos comprovativos e esclarecedores de factos relevantes para apreciação das respetivas candidaturas.

Motivos de Exclusão: Para além do referido no n.º 8.4 do presente anúncio, são excluídos os candidatos que não reúnam os requisitos legais de provimento, não apresentem a candidatura no prazo previsto, não apresentem os documentos comprovativos dos requisitos legais de provimento, bem como os candidatos que faltem à entrevista pública.

**Contacto:** 213614000

**Data de Publicação** 2016-07-25

**Data Limite:** 2016-08-08

**Observações Gerais:** As notificações aos candidatos serão efetuadas através de mensagem de correio eletrónico, para o endereço indicado pelo candidato no seu requerimento de candidatura.

Os candidatos admitidos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência de interessados, conforme o estabelecido no n.º 13 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004 na sua versão atual.

Os candidatos excluídos serão notificados aquando da admissão ao procedimento concursal ou após a aplicação dos métodos de seleção.

## Admitidos

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**

## Recrutados

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total Portadores Deficiência:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**